

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
CURSO LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL – NOTURNO

Regiane Silva de Menezes

**A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL UM
MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES DO PPGE – UFSM DE 2000 À
2016**

Santa Maria, RS, Brasil.
2017

Regiane Silva de Menezes

**A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL UM MAPEAMENTO DAS
PRODUÇÕES DO PPGÉ – UFSM DE 2000 À 2016**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Especial - Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de título de **Licenciada em Educação Especial.**

Orientadora: Prof^a Dr^a. Guacira de Azambuja

Santa Maria, RS
2017

Regiane Silva de Menezes

**A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL UM MAPEAMENTO DAS
PRODUÇÕES DO PPGÉ – UFSM DE 2000 À 2016**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Especial - Noturno, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção de título de **Licenciada em Educação Especial.**

Aprovado em 27 de Novembro de 2017:

Guacira de Azambuja, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)

Marcia Doralina Alves, Dr^a (UFSM)

Glaucimara Pires Oliveira, Dr^a (UFSM)

Santa Maria, RS

2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à razão dele, meu irmão William que me deu forças para chegar até aqui.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus.

Agradeço à minha família que é a base de tudo.

Agradeço à minha Mãe Izane, mulher guerreira que me ensinou a nunca desistir dos meus sonhos por mais que fossem difíceis.

Agradeço ao meu Pai Ivori, que me transmitiu a sua bondade e integridade.

Agradeço aos meus irmãos Vinícius e William, que são a inspiração da minha vida e sempre me deram força para seguir em frente, mesmo quando a saudade apertou.

Agradeço ao meu namorado Leonardo, por estar ao meu lado em momentos de dificuldade, por não me deixar desistir dos meus sonhos e por me ouvir quando eu precisei desabafar.

Agradeço às minhas amigas Ana Cláudia e Luana, por sempre estarem ao meu lado, por acreditarem em mim e sonharem junto comigo.

Agradeço à minha orientadora Guacira de Azambuja, por seu carinho, paciência e ensinamentos, que sem dúvidas contribuíram para a minha formação.

Agradeço às minhas colegas Eliane Bianchin, Daniela Durigon e Franciele Trindade, por sua amizade e por unirem forças comigo para que pudéssemos chegar à conclusão deste curso.

Agradeço a todas as pessoas que me acompanharam nesta jornada, torceram por mim e que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse ao final deste curso.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Maria, que me acolhe desde 2011, que me proporcionou moradia, alimentação e muitos outros benefícios, obrigada pelo crescimento pessoal.

Bem-aventurados os que compreendem o meu estranho passo ao caminhar. Bem-aventurados os que compreendem que, ainda que os meus olhos brilhem, minha mente é lenta. Bem-aventurados os que olham e não vêem a comida que eu deixo cair fora do prato. Bem-aventurados os que, com um sorriso nos lábios, me estimulam a tentar mais uma vez. Bem-aventurados os que nunca me lembram que hoje fiz a mesma pergunta duas vezes. Bem-aventurados os que compreendem que me é difícil converter em palavras meus pensamentos. Bem-aventurados os que escutam, pois eu também tenho algo a dizer. Bem-aventurados os que sabem o que sente o meu coração, embora não o possa expressar. Bem-aventurados os que me amam como sou, tão somente como sou, e não como eles gostariam que eu fosse.

(Autor Desconhecido)

RESUMO

A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL UM MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES DO PPGE – UFSM DE 2000 À 2016

AUTORA: Regiane Silva de Menezes
ORIENTADORA: Guacira de Azambuja

Com a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil em escolas comuns, notou-se a importância de investigar sobre como as produções acadêmicas, publicadas no ano de 2000 à 2016, do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), têm contemplado a temática Inclusão na Educação Infantil. Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo conhecer a produção acadêmica do PPGE - UFSM publicadas no ano de 2000 à 2016 acerca da Inclusão na Educação Infantil. A metodologia de pesquisa adotada foi a bibliográfica que utilizou como fonte de coleta de dados o acervo da Biblioteca Virtual da UFSM. Como resultado, identificou-se que as produções deram maior relevância ao tema da inclusão, como as relações entre família e escola, interações entre crianças com e sem deficiência e suas implicações na constituição do sujeito, e a investigação das práticas escolares. Somente quatro produções abordaram a temática deste trabalho por completo, trazendo contribuições valiosas para o entendimento do quanto é importante que a escolarização do público-alvo da Educação Especial comece na Educação Infantil. Portanto, observa-se a escassez das produções de estudos sobre a referida temática. Frente à esta constatação, espera-se que este estudo colabore para fomentar não só críticas e questionamentos, mas também a reflexão acerca do tema, com o propósito de promover a continuidade à investigação a respeito da inclusão na Educação Infantil.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Infantil. Educação Especial.

ABSTRACT

THE SCHOOL INCLUSION IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION A MAPPING OF THE PRODUCTIONS OF PPGE – UFSM FROM 2000 TO 2016

AUTHOR: Regiane Silva de Menezes

ADVISOR: Guacira de Azambuja

With the inclusion of children with disability in Early Childhood Education in common schools, we noted the importance of investigating about how the academic productions, published in the year of 2000 to 2016, from the Post-Graduation Program in Education (Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE), from Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), has contemplated the thematic Inclusion in Early Childhood Education. Thus, the present study aimed to know the academic production of PPGE – UFSM published in the year of 2000 to 2016 about the Inclusion in Early Childhood Education. The methodology of research adopted was the bibliographic which used as source of data collection the collection of Virtual Library of UFSM. As result, we identified that the productions gave more relevance to the theme of inclusion, as the relations between family and school, interactions between the children with and without disability and its implications in the constitution of the subject, and the investigation of the school practices. Only four productions addressed the thematic of this work entirely, bringing valuable contributions for the understanding of how it is important that the schooling of the target audience of Special Education starts in Early Childhood Education. Therefore, we observe the scarcity of study productions about the referred thematic. Before this finding, we hope that this study collaborates to foster not only critics and questionings, but also the reflection about the theme, with the purpose of promoting the continuity of investigation about the inclusion in Early Childhood Education.

Keywords: Inclusion. Early Childhood Education. Special Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Layout da página inicial de busca no acervo da Biblioteca Virtual da UFSM.....	27
Figura 2 – Layout da página dos resultados da busca no acervo da Biblioteca Virtual da UFSM.....	28
Figura 3 – Layout da página do Registro Bibliográfico de uma produção do acervo da Biblioteca Virtual da UFSM.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Descrição do número de produções encontradas por ano e de acordo com descritores.....	30
Tabela 2 – Produções do PPGE que abordam a temática da inclusão na educação infantil.....	32
Tabela 3 – Temática de cada produção do PPGE – UFSM.....	33
Tabela 4 – Produções encontradas acerca do tema de 2000 à 2016 no PPGE.....	34

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REFERENCIAL TEÓRICO	13
1.1 APRESENTANDO UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL..	13
1.2 A INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS IMPORTANTES DA HISTÓRIA E DA LEGISLAÇÃO.....	14
1.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL: ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	17
1.3.1 Sala de Recursos Multifuncional.....	19
1.3.2 Atendimento Educacional Especializado	20
1.3.3 Professor de Atendimento Educacional Especializado	22
1.3.4 Profissional de Apoio (Monitor)	23
1.3.5 Plano de Atendimento Individualizado	24
2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	25
2.1 DESCREVENDO O PROCESSO DE COLETA DE DADOS	26
2.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO	30
3 RESULTADOS	34
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	36
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O estudo sobre a Inclusão na Educação Infantil realizado neste trabalho de conclusão de curso, intitulado “A inclusão na Educação Infantil um mapeamento das produções do PPGE – UFSM de 2000 à 2016”, foi desenvolvido como critério para a conclusão do curso de Licenciatura em Educação Especial (Noturno), do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria/UFSM.

O interesse pelo estudo da Inclusão na Educação Infantil deu-se em razão das vivências proporcionadas pelo estágio Supervisionado II – Prática Pedagógica e Relatório, disciplina obrigatória do curso de Licenciatura em Educação Especial – (Noturno). Neste estágio foi possível observar o aumento da inclusão de pessoas com deficiência na Educação Infantil, o que instigou esta pesquisa sobre como as produções acadêmicas estão contemplando esta temática e conseqüentemente saber o quanto esse assunto vem sendo estudado.

Outra inquietação que o estágio proporcionou foi a compreensão sobre a importância da inclusão na Educação Infantil. Pode-se perceber que é na Educação Infantil que acontece o primeiro contato com a sociedade, além da família. Nesse contexto a criança está exposta a muitos estímulos que podem influenciar diretamente no seu desenvolvimento. Sendo assim, a presente pesquisa aumenta ainda mais a relevância desta temática, com o intuito de saber como as produções têm contemplado esse assunto.

Diante de tais questionamentos, este estudo traz a seguinte problemática: **Como a produção acadêmica do PPGE - UFSM de 2000 a 2016 tem contemplado a temática da inclusão na Educação Infantil?**

Para o desdobramento da problemática supracitada, este estudo tem como objetivo geral conhecer a produção acadêmica do PPGE - UFSM acerca da temática “inclusão na Educação Infantil no período de 2000 à 2016”.

No primeiro capítulo, encontra-se o *Referencial teórico*, o qual apresenta um pouco da história da Educação Infantil, aspectos importantes da história e da legislação na inclusão e na Educação Infantil e aspectos da Educação Especial a serem considerados para a contribuição no processo de inclusão.

O segundo capítulo, destina-se a falar dos *Encaminhamentos Metodológicos*, percorridos no desenvolvimento da pesquisa, descrevendo o processo de Coleta de Dados e os Critérios de inclusão e exclusão.

No terceiro capítulo, situam-se os *Resultados* que foram obtidos na pesquisa.

No quarto capítulo, realiza-se a *Análise e Discussão de Dados*, onde por meio da literatura discuto com os autores das produções.

No quinto capítulo, encontram-se as *Considerações Finais* sobre o estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 APRESENTANDO UM POUCO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No século XIX, período em que na sociedade a primeira infância não era tratada com muita seriedade o surgimento das creches ocorreu por conta do período industrial. Sendo assim, as creches existiam para cuidar dos filhos de mães pertencentes à classe operária. Após a primeira Guerra Mundial ocorreram mudanças no plano de nutrição e nas condições de higiene e, a partir de 1930, houve o controle de epidemias por meio da vacinação (BCG). Este período é denominado higienista e se estende até a Segunda Guerra Mundial.

Neste período, a principal exigência das creches era assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento físico do bebê. É importante salientar que até meados do século XX, como nos traz Crespin (2016, p. 10), os bebês eram vistos, “desde o nascimento e durante os primeiros meses de vida, não mais do que um ser vegetativo, sem pensamento nem atividade – em resumo, um simples tubo digestivo”.

Na França, em 1945, com a criação da proteção materna e infantil, o cuidado das creches com a criança era meramente sanitário. Estavam localizadas em anexos a hospitais, onde as crianças ficavam isoladas do contato com os pais, para a proteção contra os germes, o que ocorreu até os anos 1960.

No Brasil, a partir da Constituição Brasileira de 1988, surgiram às primeiras propostas de instituições pré-escolares ocorreram em 1899, onde se fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI-RJ) e a creche da Companhia de Fiação e Tecidos Corcovado, ambas do Rio de Janeiro. Mas a verdadeira expansão das creches se efetivou no século XX, nas primeiras duas décadas. Em 1929 a IPAI do Rio de Janeiro, fundada pelo médico Arthur Moncorvo Filho, já possuía 22 filiais em todo país, 11 delas com creche. Esta instituição dividia seus serviços entre ginecologia-obstetrícia, pediatria, banco de leite, creche, higiene, exames, vacinação entre outros. Outra entidade de assistência à infância é o Patronato de Menores, fundado por jesuítas brasileiros em 1906, no Distrito Federal, com finalidade de

abrigar crianças filhas de mães trabalhadoras. Kramer (1987) atribuiu a este período inicial de pré-escolar, um caráter de atendimento médico sanitário.

Então como pode-se observar, as crianças nem sempre foram tratadas com o cuidado e importância que são hoje. Isso se deu graças à mudança na maneira das pessoas pensarem a infância, o que é ser criança e a importância dessa fase na constituição desse sujeito como ser humano. Isso contribuiu para o surgimento de espaços que se responsabilizassem pela educação dessas crianças, o que também oportunizou o nascimento da escola.

Constata-se que o surgimento desses espaços só foi possível por meio da inserção da mulher no mercado de trabalho, pois as mães precisavam que outra pessoa pudesse substituí-las nas melhores condições.

Sendo assim, a educação da criança pequena:

envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: *educar e cuidar*. As crianças desta faixa etária, como sabemos, têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver. Simultaneamente, nesta etapa, as crianças tomam contato com o mundo que as cerca, através das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com as formas de expressão que nele ocorrem [...] (CRAIDY & KAERCHER, 2001, p.16).

Podemos afirmar que a educação das crianças passa de um cuidado primitivo para um educar e cuidar simultaneamente, isso é o que acontece hoje. Na Educação Infantil, são desenvolvidas práticas pedagógicas centradas nas brincadeiras, estimulando a ludicidade e ampliando o desenvolvimento global da criança sem deixar de lado o cuidado.

1.2 A INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO INFANTIL: ASPECTOS IMPORTANTES DA HISTÓRIA E DA LEGISLAÇÃO

Na Idade Antiga, as crianças especiais não eram aceitas na sociedade, mas sim excluídas e isoladas do convívio de outras pessoas ou, até mesmo, assassinadas. Na Idade Média eram vistas como símbolo do “diabo”, feitiçaria ou do

pecado, sendo perseguidas, muitas vezes, até a morte. Mas, com o passar dos anos, a sociedade foi aceitando que essas pessoas também têm seu lugar, seus direitos e seus deveres na sociedade. Diversas instituições para pessoas com necessidades especiais foram criadas, tanto no mundo quanto no Brasil, mas, infelizmente, eles continuavam excluídos do convívio da sociedade. Na década de 70, foram criadas as classes especiais no âmbito da escola regular no Brasil. Stobaus e Mosquera (2006, p.19) dizem que:

A partir da década de 80 surgem, em nosso país, principalmente no Rio Grande do Sul, os estudos e aplicações da Estimulação Precoce, em bebês de zero a três anos de idade, que apresentam alguma alteração Global em seu desenvolvimento, tanto na área hospitalar em média, como nas escolas especiais e, posteriormente, nas creches escolas infantis. A partir dessa nova abordagem dinâmica no tratamento de bebês com deficiência mental, inicia-se a intervenção mais precocemente nas desordens neuro-motoras, cognitivas e afetivas desses sujeitos, modificando o prognóstico de aprendizagem dos mesmos.

Esses estudos foram uma iniciativa muito importante no âmbito da qualidade de vida dessas crianças e, comparado aos comprometimentos que estas possuíam inicialmente, as chances de avanços na parte educacional foram muito grandes. A Declaração de Salamanca (1994) traz em seu texto, que para o sucesso da educação inclusiva, tudo deve começar na Educação Infantil.

O sucesso de escolas inclusivas depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais. Assistência infantil e programas educacionais para crianças até a idade de 06 anos deveriam ser desenvolvidos e/ou reorientados no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual e social, e a prontidão para a escolarização. Tais programas possuem um grande valor econômico para o indivíduo, a família e a sociedade na prevenção do agravamento de condições que inabilitam a criança. Programas neste nível deveriam reconhecer o princípio da inclusão e ser desenvolvidos de uma maneira abrangente, através da combinação de atividades pré-escolares e saúde infantil (SALAMANCA, 1994, p.12).

Para que a Declaração de Salamanca seja vista com seriedade, é preciso que ultrapasse a sua importância em termos de significado para o desenvolvimento da criança especial, e tenha consigo à formação dos profissionais como aliados, pois estes precisam estar preparados para trabalhar com o público alvo da Educação Especial.

É na Educação Infantil que a criança tem o seu primeiro momento de convivência em sociedade, além do grupo familiar, o que é importante, pois ela

aprender a respeitar e conviver com a diversidade é valoroso. Essa experiência de conviver com a diversidade faz parte da proposta da educação inclusiva, a qual visa respeitar e valorizar todos os alunos e suas particularidades quando busca atender estes.

Nesse sentido, os desafios das escolas inclusivas são apresentados pela Declaração de Salamanca quando diz que a inclusão impõe

respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa. O mérito de tais escolas não reside somente no fato de que elas sejam capazes de prover uma educação de alta qualidade a todas as crianças: o estabelecimento de tais escolas é um passo crucial no sentido de modificar atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras e de desenvolver uma sociedade inclusiva (SALAMANCA, 1994, p.4).

A escola deve atentar para que não haja práticas discriminatórias em qualquer âmbito, sendo, de fato, um lugar acolhedor na contribuição para uma sociedade inclusiva, pois de acordo com a Nota Técnica conjunta de nº02 de 2015 (MEC/SECADI/DPEE, 2015, p.4) “toda creche e pré-escola devem ser inclusivas. Caso contrário, não cumprem seu papel social e não garantem os direitos fundamentais de todas as crianças [...]”. Esta Nota Técnica vem para orientar e organizar a oferta do Atendimento Educacional Especializado e traz também em seu texto a importância de crianças com deficiência estarem incluídas na Educação Infantil:

O acesso, a permanência e a participação das crianças com deficiência de zero a três anos de idade na creche e dos quatro aos cinco anos na pré-escola são imprescindíveis para a consolidação do sistema educacional inclusivo. Desde a primeira etapa da Educação Básica, essas crianças têm a oportunidade de compartilhar espaços comuns de interação, de brincadeiras, de fantasias, de trocas sociais e de comunicação, assegurando seu desenvolvimento integral e promovendo a ampliação de potencialidades e autonomia e, sobretudo, produzindo sentido ao que aprendem por meio das atividades próprias de crianças desta faixa etária (NOTA TÉCNICA CONJUNTA DE Nº 02/2015/MEC/SECADI/DPEE, 2015, p. 02-03).

Quanto à oferta de Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil a orientação é:

O AEE na educação infantil é fundamental para que as crianças, desde os seus primeiros anos de vida, usufruam da acessibilidade física e pedagógica aos brinquedos, aos mobiliários, às comunicações e informações, utilizando-

se da Tecnologia Assistiva como uma área que agrega recursos e estratégias de acessibilidade (NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 02/2015/MEC/SECADI/DPEE, 2015, p. 04).

Outro documento que fala sobre a inclusão na Educação Infantil são as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2010, quem vem para orientar o trabalho e assegurar práticas junto às crianças. Em seu texto asseguram às pessoas com deficiência “a acessibilidade de espaços, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2010, p.20).

Portanto, entende-se que a inclusão de crianças com deficiências na Educação Infantil é de suma importância, pois o seu desenvolvimento psíquico e cognitivo dependerá de uma escola acolhedora onde os alunos possam ser respeitados nas especificidades conforme legislação vigente.

1.3 EDUCAÇÃO ESPECIAL: ASPECTOS A SEREM CONSIDERADOS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No processo de inclusão escolar de alunos com deficiência na Educação Infantil, existem diversos recursos que contribuem para que esse processo aconteça. Nesta seção descreve-se alguns recursos, como a Sala de Recursos Multifuncional, o atendimento educacional especializado, o Professor de Atendimento Educacional Especializado, o Profissional de Apoio (Monitor) e o Plano de Atendimento Individualizado. É importante entender a operacionalização destes recursos que estão representados na lei e em documentos que orientam práticas escolares e asseguram a inclusão destas crianças na Educação Infantil, com o intuito de saber de que maneira conduzir o trabalho com estas crianças.

Primeiramente, é indispensável entender sobre o que se trata a Educação Especial. Em linhas breves, trata-se de uma área de conhecimento que tem por objetivo avaliar e buscar novas estratégias, também e oferta como suporte o Atendimento Educacional Especializado, sendo ele complementar ou suplementar. Essa área do conhecimento é definida como uma modalidade de ensino transversal.

Desde a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (ONU), que ocorreu em Jomtien, Tailândia em 1990, e aprovou a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas

de Aprendizagem e a Declaração de Salamanca (1994), a inclusão de alunos com deficiência vem tomando proporções dentro da educação. Assim, as escolas de ensino regular tiveram o desafio de se adequar ao atendimento dessas crianças, por conta da Constituição Federal de 1988, que garantiu no Artigo 208:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede regular de ensino;
IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. (BRASIL, 1988, p.1)

Mas, essas garantias ainda não foram suficientes para esse público, que necessitava muito mais do que estar inserido em uma rede comum de ensino, precisava de subsídios que garantissem efetivamente seu aprendizado.

Sendo assim, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, vem para regulamentar: “a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (2008, p.15). Ampliando, assim, o público-alvo da Educação Especial, incluindo aqueles que ainda não tinham o seu espaço garantido na escola.

Logo, a Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, no Art. 4º para fins dessas Diretrizes, considera como público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.
III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009, p.1).

A Política Nacional de Educação Especial compreende como Educação Especial:

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto à sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (2008, p.16)

Para atender essa demanda, a escola deve estar sempre atenta aos processos educacionais de seus alunos, para que possam atualizar sempre suas formas de inclusão, e quando a detecção da deficiência for feita, o aluno possa ser encaminhado ao AEE.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2013) diz que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
 - II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
 - III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- (BRASIL, 2013, p.19)

Para que essa inclusão aconteça de fato, é preciso que a educação dessas crianças tenha uma atenção maior por meio da Educação Especial, que deve contar com profissionais capacitados para atender a demanda desses sujeitos. Entende-se por Educação Especial, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2013, p.19) no Artigo 58, “a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.”.

1.3.1 Sala de Recursos Multifuncional

A Rede de Apoio à inclusão é um conjunto de serviços ofertados pela Educação Especial para responder às necessidades educacionais especiais do público-alvo dessa área do conhecimento. Essa Rede de Apoio precisa ser discutida dentro do Projeto Político Pedagógico da Educação Especial e fazer parte do ensino regular, discutindo quais são as necessidades especiais dos alunos e como

responder a essas necessidades. Um desses serviços ofertados é a sala de recursos.

A resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 diz que:

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III – cronograma de atendimento aos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE (BRASIL, 2009, p.2).

As salas de Recursos que foram implantadas pelo MEC, segundo Siluk e Pavão (2015, p.13) são consideradas “um espaço físico que possibilita a criação e desenvolvimento de práticas inclusivas que favorecem a aprendizagem”. Outro aspecto importante desse serviço, é que o Atendimento Educacional Especializado é realizado prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns. (BRASIL, 2009).

1.3.2 Atendimento Educacional Especializado

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) trabalha no sentido que:

identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse

atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. O atendimento educacional especializado disponibiliza programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologia assistiva, dentre outros. Ao longo de todo processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum (BRASIL, 2008, p.16).

Essa política também propõe o Atendimento Educacional Especializado em todas as escolas, porém, isso não acontece. Como meta, essa política aponta:

Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino e deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional (BRASIL, 2008, p.16).

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço que não substitui a escolarização, ele completa e/ou suplementa a formação dos alunos, tendo em vista sua autonomia e independência dentro da escola e fora dela. Sendo assim, não possui o mesmo currículo da escola comum, este é específico para as necessidades de alunos com deficiência.

A resolução nº4, de 2 de outubro de 2009 nos diz que:

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento (BRASIL, 2009, p.1-3).

Portanto, esse atendimento deve ser ofertado no contraturno, para que ele ocorra, deve haver uma articulação entre o professor da sala comum e da Educação Especial, além disso, é necessário o acordo com os pais em levar o aluno no contraturno, e não deixar de pensar, também, na formação desse professor do AEE.

A Nota Técnica conjunta de nº 02 (MEC, 2015, p. 05) diz que:

O atendimento às crianças com deficiência é feito no contexto da instituição educacional, que requer a atuação do professor do AEE nos diferentes ambientes, tais como: berçário, solário, parquinho, sala de recreação, refeitório, entre outros, onde as atividades comuns a todas as crianças são adequadas às suas necessidades específicas. [] Cumpre destacar que o

AEE não substitui as atividades curriculares próprias da educação infantil, devendo proporcionar a plena participação da criança com deficiência, em todos os espaços e tempos desta etapa da educação básica (NOTA TÉCNICA CONJUNTA DE Nº 02/2015/MEC/SECADI/DPEE, 2015, p.05).

Esta Nota Técnica que orienta a organização da oferta do AEE na Educação Infantil traz algumas especificidades no trabalho com as crianças pequenas, onde o professor do AEE deve levar em conta o perfil e a idade dos alunos, pois estão inseridos em um ambiente onde a brincadeira, o faz-de-conta e a ludicidade estão fortemente presentes e a interação social das crianças com e sem deficiência neste momento é fundamental.

1.3.3 Professor de Atendimento Especializado

O professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um profissional que deve ter formação adequada para atender os alunos público-alvo da Educação Especial. Esse atendimento ocorre geralmente na sala de recursos multifuncional, e o docente é responsável pela elaboração de estratégias metodológicas que possa adaptar o currículo para esse aluno.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) diz que o profissional para atuar na Educação Especial

deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial. (2008, p.17 e p.18)

A resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, especifica quais são as atribuições do professor de Educação Especial, sendo elas:

Art. 12. Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial.

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

- I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009, p.3).

Já a Nota Técnica conjunta de nº02 de 2015 (MEC/SECADI/DPEE, 2015) que orienta a organização e oferta do Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil, diz que “cabe ao professor do AEE, identificar necessidades e habilidades de cada criança por meio de um estudo de caso, a partir do qual são propostas formas de eliminação das barreiras existentes no ambiente”.

Portanto, é imprescindível que o profissional da Educação Especial atenda a esses critérios, para que de fato possa auxiliar alunos com deficiência, fornecendo uma inclusão concreta e uma promoção da autonomia desse aluno na vida diária, dentro da escola e na sociedade.

1.3.4 Profissional de Apoio (Monitor)

O monitor é a pessoa que fica responsável pela higiene, alimentação e locomoção da pessoa com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da educação Inclusiva (2008), prevê esse tipo de assistência ao aluno com deficiência.

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (2008, p.17).

A escola é responsável pela disponibilização desse profissional de apoio, que muitas vezes não é especializado na área da Educação Especial. Algumas vezes esse profissional faz um papel pedagógico, auxiliando o aluno nas suas atividades.

1.3.5 Plano de Atendimento Educacional Especializado

O Plano de Atendimento Educacional Especializado é um plano de ações para os alunos atendidos no AEE, o qual envolve as questões de ensino e aprendizagem que estabelecem práticas pedagógicas, recursos e objetivos. Segundo Siluk e Pavão (2015, p.27), deve-se fazer uma avaliação antes de elaborar o Plano de Atendimento Individualizado, “é primordial a participação da professora da sala regular, pois ela tem contato diário com o aluno e poderá fornecer as primeiras pistas das dificuldades enfrentadas pelo aluno”, e posteriormente avaliar os pareceres do mesmo.

O Decreto nº 3.298 de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.583 de 1989, dispõe sobre a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência artigo 24:

§ 4º A educação especial contará com equipe multiprofissional, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas. (BRASIL, 1999)

A Nota Técnica conjunta de nº 02 de 2015 (MEC/SECADI/DPEE, 2015), orienta que o professor do AEE deve identificar as necessidades e habilidades de cada criança por meio de estudo de caso, depois deste estudo de caso o professor irá elaborar um plano de AEE que definirá o tipo de atendimento à criança.

Sendo assim, esse plano de Atendimento Educacional Especializado deve ter o objetivo de complementar o ensino regular através de materiais pedagógicos específicos, que possam ajudar o aluno a superar as dificuldades em sala de aula, promovendo sua autonomia, e fazendo com que ele possa explorar o ambiente escolar.

2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Para este trabalho, optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (1994, p.22) “aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Neste sentido, entende-se que essa abordagem preocupa-se com os fenômenos humanos e suas vicissitudes. Posto que a inclusão ocorre por meio de relações humanas, as quais não podem ser quantificadas, esta pesquisa se caracterizou como qualitativa.

Além disso, esta pesquisa apresenta cunho exploratório. Gil (2008, p.27) caracteriza esse estilo de pesquisa:

As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.[...] Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso.

O cunho exploratório foi utilizado como processo introdutório para que fosse possível chegar ao objetivo principal, sendo assim, proporciona maior proximidade acerca da temática a ser estudada, para que posteriormente a pesquisa se desenvolva com maior clareza e precisão.

Desse modo, esta pesquisa apresenta como problemática: “Como a produção acadêmica do PPGE – UFSM de 2000 à 2016 tem contemplado a temática da inclusão na Educação Infantil?”

No que tange ao método, foi utilizado o bibliográfico, que segundo Gil (2010, p.29) é baseado em:

[...] material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como material disponibilizado pela internet.

Este estudo utilizou como instrumento de pesquisa a Biblioteca virtual da UFSM, buscando produções, tais como teses e dissertações do Programa de Pós-

Graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Santa Maria. Optou-se pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pelo fato deste programa apresentar uma linha de pesquisa em Educação Especial (LP3).

Tem-se como objetivo geral: conhecer a produção acadêmica do PPGE - UFSM, no que diz respeito a inclusão escolas na Educação Infantil, como objetivo específico: apresentar o que revelam as produções acadêmicas do PPGE - UFSM acerca da temática inclusão na Educação Infantil no período de 2000 à 2016.

Para a realização da pesquisa, esta foi dividida em quatro momentos: o primeiro diz respeito à busca de material coletado por meio do acervo disponível na Biblioteca virtual da Universidade Federal de Santa Maria; o segundo momento consistiu na seleção, classificação e organização das produções encontradas; o terceiro momento abordou a categorização das produções selecionadas; e por fim, o quarto momento, que caracterizou-se pela análise e discussão dos resultados.

2.1 DESCRREVENDO O PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Como fonte de coleta de dados, utilizou-se o acervo da Biblioteca Virtual da UFSM. Primeiramente, fez-se uma busca criteriosa no acervo da Biblioteca Virtual da UFSM, utilizando a busca avançada, na qual existem janelas a serem completadas pelas informações mínimas em relação Autor, Assunto, Título, Ano da publicação, Livre (tema livre). Também é disponibilizada nessa página a opção de selecionar os campos para buscas, quais sejam: Biblioteca (cada Centro de Ensino tem uma biblioteca específica), Idioma e a natureza do Material (Monografia, Dissertação, Tese, Livro, Periódicos, etc.). Realizado o preenchimento de todos os campos, o pesquisador clica no botão “Pesquisar” para que a busca se concretize.

Figura 1: Layout da página inicial de busca no acervo da Biblioteca Virtual da UFSM.

Fonte: Biblioteca Virtual da UFSM

Para a realização desta pesquisa, foram preenchidos os campos de busca “Livre” com os descritores: Inclusão e Educação Infantil, e “Material”, em que se selecionou Dissertação - UFSM e Tese – UFSM.

É importante salientar que para cada título encontrado na pesquisa da Biblioteca Virtual da UFSM, foi necessária uma análise mais detalhada, pelo fato dos resultados não especificarem qual era o programa de Pós-Graduação de origem de cada título.

Figura 2: Layout da página dos resultados da busca no acervo da Biblioteca Virtual da UFSM.

Pesquisa Geral
Exemplo: machado assis dom casmurro

Ir para 1 20 por página

Título	Autor	Material	Edição	Ano
O aborto como um problema de saúde pública : contribuições para o debate nas áreas da saúde e educação /	Carpilovsky, Cristiane Kohler	Tese - UFSM		2011.
A ação extensionista e a pobreza rural a ATER no programa Brasil sem miséria na região Celeiro do RS	Samborski, Tarcísio	Tese - UFSM		2016
Alimentação de suínos em terminação com dietas contendo ractopamina e extratos cítricos : desempenho, características de carcaça, da carne e do produto curado /	Rossi, Carlos Augusto Rigon	Tese - UFSM		2010.
Alimentos convencionais e não-convencionais na engorda de pescado do Jundia (Rhamdia quelen) /	Veiverberg, Catia Aline	Tese - UFSM		2011.
Altas habilidades/superdotação no curso de educação física da Universidade de Cruz Alta/RS /	Peranzoni, Vaneza Cauduro	Tese - UFSM		2013.

Fonte: Biblioteca Virtual da UFSM

Como procedimento de busca, por maior detalhamento sobre o título, foi necessário clicar no ícone pasta aberta, que se localiza no início de cada linha, antecedendo cada título. Ao clicar em cada pasta, os detalhes de cada produção são encontrados. E para localizar a origem de cada uma, é necessário clicar na aba “completo”, assim consegue-se visualizar qual o Programa de Pós-Graduação que essa produção pertence.

Figura 3: Layout da página do Registro Bibliográfico de uma produção do acervo da Biblioteca Virtual da UFSM.

The screenshot shows the UFSM Portal Biblioteca interface. At the top, there is a navigation bar with the UFSM logo and the text 'PORTAL BIBLIOTECA'. Below this, there are several menu items: 'Pesquisa Acervo', 'Recursos Eletrônicos', 'Meus Empréstimos', 'Renovação', 'Aquisições', and 'Fale Conosco'. The main content area is titled 'Registro Bibliográfico' and displays the following information:

Título: Inclusão educacional e autismo um estudo sobre as práticas escolares
Número de controle: 00091255
Autor: Guareschi, Taís
Edição:
Acesso eletrônico: Texto completo

Below this information, there are tabs for 'Disponibilidade', 'Exemplares', 'Resumido', 'Completo', and 'MARC'. The 'Completo' tab is selected, and a table displays the following data:

Campo	Valor
NÚMERO PARA RESERVA	00091255
OUTRAS CLASSIFICAÇÕES	UFSM / CE / DE / 2016 BC
AUTOR	Guareschi, Taís
TÍTULO	Inclusão educacional e autismo um estudo sobre as práticas escolares Taís Guareschi
PUBLICAÇÃO	2016
DESCRIÇÃO	181 p. il. 31 cm
NOTA GERAL	Orientadora: Maria Inês Naujorks
NOTA DE DISSERTAÇÃO/TESE	Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2016 A presente tese teve como objetivo investigar as práticas escolares produzidas na inclusão de alunos com

Fonte: Biblioteca Virtual da UFSM

Após a seleção das produções cento e vinte e quatro (124) que faziam parte do PPGE, foi necessário realizar um refinamento nestas, para então identificar quais produções realmente contemplavam a temática desta investigação. Para isso, leu-se todos os resumos encontrados neste refinamento e foram selecionadas apenas quatro (04) produções.

Houveram trabalhos que não disponibilizaram dos resumos na Biblioteca Virtual da UFSM. Todavia, para realizar a leitura do resumo, foi necessário fazer a locação da produção na forma física na biblioteca central da UFSM. A leitura dos resumos proporcionou à pesquisadora avaliar se a produção fazia parte da temática “Inclusão na Educação Infantil”, podendo realizar a seleção dentre aquelas produções que faziam parte do PPGE e contemplavam a temática.

2.2 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

A escolha das produções no acervo da Biblioteca Virtual da UFSM deu-se de forma específica pelos descritores: inclusão e Educação Infantil do ano de 2000 a 2016. Foi encontrado um número significativo de produções acadêmicas do PPGE, mas poucas foram selecionadas para esta pesquisa, como critério para a seleção levou-se em consideração os sujeitos de pesquisa, ou seja, os sujeitos deveriam ser da Educação Infantil. Para melhor ilustrar o acervo encontrado, apresenta-se a tabela abaixo, destacando o ano e os descritores utilizados.

Tabela 1 – Descrição do número de produções encontradas por ano e de acordo com descritores.

Ano	Produção	Descritores	Nº encontrado	Nº selecionado
2000	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
2001	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	2	-
2002	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	3	-
		Educação Infantil	4	-
2003	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	2	-
		Educação Infantil	1	-
2004	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	3	-
		Educação Infantil	2	-
2005	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	5	-
		Educação Infantil	-	-
2006	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	4	-
		Educação Infantil	1	-
2007	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	5	-
		Educação Infantil	3	-
2008	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-

	Dissertações	Inclusão	7	-
		Educação Infantil	-	-
2009	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	5	-
		Educação Infantil	2	-
2010	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	1	-
	Dissertações	Inclusão	2	-
		Educação Infantil	2	-
2011	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	1	-
		Educação Infantil	4	-
2012	Teses	Inclusão	-	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	4	-
		Educação Infantil	4	-
2013	Teses	Inclusão	1	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	5	-
		Educação Infantil	4	-
2014	Teses	Inclusão	1	-
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	11	1
		Educação Infantil	5	-
2015	Teses	Inclusão	4	-
		Educação Infantil	1	-
	Dissertações	Inclusão	5	1
		Educação Infantil	4	-
2016	Teses	Inclusão	3	1
		Educação Infantil	-	-
	Dissertações	Inclusão	8	1
		Educação Infantil	5	-

Fonte: Autora

A partir dos resultados que foram encontrados por meio de uma análise descritiva¹, identificou-se, na tabela anterior, as produções do PPGE-UFSM de 2000 à 2016, que vão ao encontro do problema desta pesquisa. Nesse sentido, a tabela abaixo apresenta somente as produções que contemplam a temática investigada neste trabalho, ou seja, inclusão na Educação Infantil.

¹ A ser conferida no próximo capítulo.

Tabela 2 – Produções do PPGE que abordam a temática da inclusão na Educação Infantil.

Ano	Produção	Descritores	Nº encontrado	Nº selecionado	Título	Objetivo da Pesquisa
2014	Dissertações	Inclusão	11	1	Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo	Investigar as práticas de envolvimento parental das escolas para com as mães cujos filhos têm autismo.
2015	Dissertações	Inclusão	5	1	Indicadores de inclusão na educação infantil e suas implicações na constituição do sujeito	Investigar as implicações das interações entre crianças com e sem deficiência na constituição destas como sujeito.
2016	Teses	Inclusão	3	1	Inclusão educacional e autismo um estudo sobre as práticas escolares	Investigar as práticas pedagógicas produzidas na inclusão de alunos com autismo, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em escolas municipais de Santa Maria/RS.
	Dissertações	Inclusão	8	1	A comunicação casa-escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA	Investigar como ocorre a comunicação entre escola e família no contexto do TEA.

Fonte: Autora

Tendo em vista a problemática desta pesquisa: como a produção acadêmica do PPGE - UFSM de 2000 à 2016 tem contemplado a temática da inclusão na Educação Infantil? Na tabela abaixo apresento o que revelam estas produções e de forma mais detalhada no próximo capítulo.

Tabela 3 – Temática de cada produção do PPGE – UFSM.

Título	Temática: Inclusão na Educação Infantil – PPGE/UFSM
Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo	Essa pesquisa teve como abordagem o modelo tipológico de Joyce Epstein, um modelo explicativo do envolvimento parental, para investigar quais são as práticas de envolvimento parental implementadas pelas escolas e se elas contemplam os aspectos que as mães de alunos com autismo, frente às suas necessidades e de seus filhos, mais valorizam.
Indicadores de inclusão na educação infantil e suas implicações na constituição do sujeito	A pesquisa aborda o processo de inclusão na Educação Infantil, investigando as decorrências das intervenções entre crianças com e sem deficiência na constituição destas últimas como sujeito, utilizando o conceito de constituição subjetiva da Teoria Histórico Cultural Vygotsky como referencial teórico.
Inclusão educacional e autismo um estudo sobre as práticas escolares	Esse estudo investigou as práticas pedagógicas escolares produzidas na educação de alunos com autismo, utilizando para análise do discurso dos entrevistados os quatro eixos teóricos da Avaliação Psicanalítica aos Três Anos (AP3). Por tanto utilizando uma abordagem Psicanalítica.
A comunicação casa-escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA	Investigou como ocorre a comunicação entre escola e família no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Fonte: Autora

Na tabela acima pode-se perceber que as produções selecionadas apresentam três temáticas distintas, “relação entre família e escola” (onde duas dissertações abordam esta mesma temática), “interação entre crianças com e sem deficiência e as implicações disto para o sujeito” e “práticas escolares”.

3 RESULTADOS

Para melhor visualização dos dados coletados, foi elaborada uma tabela que contém todos os títulos das produções encontrados no PPGE de 2000 a 2016, a qual foi impressa para contagem e seleção das produções encontradas.

Tabela 4 – Produções encontradas acerca do tema de 2000 à 2016 no PPGE.

Descritores	Total	PPGE (2000 a 2016)	Produções Selecionadas	Título das Produções	Ano
Teses					
Inclusão	38	10	01	Inclusão Educacional e autismo um estudo sobre as práticas escolares	2016
Educação Infantil	03	02	00	-	-
Dissertações					
Inclusão	259	69	03	- A comunicação casa-escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA. - Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo. - Indicadores de inclusão na educação infantil e suas implicações na constituição do sujeito.	2014 e 2015
Educação Infantil	69	46	00	-	-

Fonte: Autora

Para encontrar os resultados numéricos da tabela acima, procedeu-se da seguinte forma: na primeira busca no campo Livre, utilizou-se o descritor “Inclusão”, e no campo Material selecionou-se “Tese - UFSM”, obtendo um total de trinta e oito (38) resultados, sendo que dez (10) produções faziam parte do PPGE de 2000 a

2016, dessas dez (10), uma (01) produção pertinente para esta pesquisa, pois contemplou a temática.

Na segunda busca no campo Tema, utilizou-se o descritor “Educação Infantil”, e no campo Material selecionou-se “Tese - UFSM”, obtendo um total de 03 resultados, sendo que 02 produções pertenciam ao PPGE de (2000 a 2016), mas nenhuma produção foi pertinente para esta pesquisa, por que não contemplavam a temática “Inclusão na Educação Infantil”.

Na terceira busca no campo Tema, utilizou-se o descritor “Inclusão”, e no campo Material selecionou-se “Dissertação - UFSM”, obtendo um total de 259 resultados, sendo que 69 dissertações pertenciam ao PPGE de (2000 a 2016), das quais 03 foram pertinentes para esta pesquisa, pois contemplavam a temática.

Por fim, na quarta busca no campo Tema, utilizou-se o descritor “Educação Infantil”, e no campo Material selecionou-se “Dissertação - UFSM”, obtendo um total de 69 resultados, 46 pertencentes ao PPGE de (2000 à 2016), das quais nenhuma contemplou a temática “Inclusão na Educação Infantil”.

Assim, entre Teses e Dissertações foram selecionadas quatro (04) produções (Tese = 1; Dissertação = 3), que atenderam aos descritores “Inclusão” e “Educação Infantil”.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Neste capítulo, serão analisadas as produções encontradas no acervo da Biblioteca virtual da UFSM, de forma descritiva, a fim de responder à problemática: como a produção acadêmica do PPGE – UFSM de 2000 à 2016 tem contemplado a temática da inclusão na Educação Infantil?. Primeiramente, conheceremos estas produções, seus sujeitos e, posteriormente, apresentar-se-á como estas produções apresentam a inclusão na Educação Infantil.

Como foi ilustrado anteriormente, foram encontrados pela pesquisadora quatro (04) produções acerca do tema “inclusão na Educação Infantil” de 2000 à 2016 do PPGE - UFSM. Uma (01) dessas produções é uma Tese de Doutorado intitulada “Inclusão educacional e autismo um estudo sobre as práticas escolares”, e as outras três produções (03) são Dissertações de Mestrado, intituladas “Envolvimento parental no contexto da Educação Infantil e séries iniciais de alunos com autismo”, “Indicadores de inclusão na Educação Infantil e suas implicações na constituição do sujeito” e “A comunicação casa-escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA”.

Constata-se que as produções do PPGE - UFSM encontradas e pertinentes à temática inclusão na Educação Infantil, vêm sendo contempladas a partir do ano de 2014. Assim, o primeiro resultado a ser analisado é o da Dissertação “Envolvimento parental no contexto da Educação Infantil e séries iniciais de alunos com autismo”, que aborda o modelo tipológico de Joyce Epstein, um modelo explicativo do envolvimento parental, para investigar quais são as práticas de envolvimento parental implementadas pelas escolas e se elas contemplam os aspectos que as mães de alunos com autismo, frente às suas necessidades e de seus filhos, mais valorizam.

Essa produção foi de cunho qualitativo, um estudo de casos múltiplos do tipo exploratório descritivo transversal, envolvendo dois grupos: mães de alunos com TEA e as respectivas professoras da classe comum. Participaram da pesquisa três mães de alunos autistas e a professora de cada aluno. O principal instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista. A pesquisa realizou-se com três casos de alunos autistas, caso 01 (Theo, 05 anos e 10 meses, matriculado no Pré B – Educação Infantil), caso 02 (Maria, 05 anos e 08 meses, matriculada no Pré A –

Educação Infantil) e o caso 03 (Walter, 06 anos, matriculado no 1º ano do Ensino Fundamental).

No contexto dessa produção, o que favorece a inclusão escolar são as práticas de envolvimento parental, que segundo Carvalho (2014), são fundamentais para o favorecimento do envolvimento das famílias no processo educativo, através da colaboração e parceria entre família e escola. Com elas, tem-se a garantia de uma educação mais completa, privilegiando a adaptação e a aprendizagem dos estudantes.

Aponta também que frente aos casos apresentados, tanto na Educação Infantil quanto no ensino fundamental, são evidentes as limitações (apoio, comunicação, ajuda, liderança e integração de recursos), desfavorecendo o envolvimento como um todo. Isso por falta da reflexão a respeito da importância da escola subsidiar essas práticas de envolvimento parental, a fim de garantir uma inclusão mais efetiva, que contemple tanto os aspectos sociais, quanto os cognitivos desses alunos.

Em 2015, têm-se a segunda produção como resultado encontrado, que é a Dissertação “Indicadores de inclusão na Educação Infantil e suas implicações na constituição do sujeito”. Esta aborda o processo de inclusão na Educação Infantil, investigando as decorrências das intervenções entre crianças com e sem deficiência na constituição destas últimas como sujeito, utilizando o conceito de constituição subjetiva da Teoria Histórico Cultural Vygotsky como referencial teórico.

Essa pesquisa foi de natureza qualitativa, utilizou-se de entrevista semi estruturada, a qual foi registrada em vídeo para posterior transcrição e análise. Também foi utilizada a proposta de elaboração de um livro sobre as memórias das vivências que os ex-alunos tinham da Unidade de Educação Infantil Ipê Amarelo (UFSM), por meio de duas formas de expressão: desenho e escrita. As crianças participantes dessa pesquisa frequentaram a Ipê Amarelo entre os anos de 2008 e 2012, ao todo foram 07 (sete) crianças com idades entre 06 (seis) e 09 (nove) anos, na qual somente 03 (três) foram colegas de crianças com deficiência.

No que tange a inclusão, Freitas (2015) diz que entende que a constituição de um sujeito com valores e/ou atitudes inclusivas poderá ser possível quando a criança for inserida em um contexto, no qual a vivência seja rica de experiências que valorizem as interações de forma mais harmoniosa entre os sujeitos, pois assim vai naturalmente internalizando os valores contidos nessa realidade.

A autora salienta, como resultado, a importância de se proporcionar, desde a Educação Infantil, a convivência em um contexto com valores inclusivos. Isso com intuito de que as crianças sem deficiência possam aprender a lidar melhor com as diferenças.

Já em 2016, nota-se um crescimento na ocorrência de produções acerca da temática. Encontrou-se uma Dissertação, intitulada “A comunicação casa-escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA”, que investigou como ocorre a comunicação entre escola e família no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA). E também uma produção em Tese, intitulada “Inclusão educacional e autismo um estudo sobre as práticas escolares”, na qual investigou-se as práticas pedagógicas escolares produzidas na educação de alunos com autismo, utilizando para análise do discurso dos entrevistados os quatro eixos teóricos da Avaliação Psicanalítica aos Três Anos (AP3) portanto, utilizando uma abordagem Psicanalítica.

Na dissertação “A comunicação casa-escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA”, investigou-se de modo exploratório, a comunicação entre pais e filhos com TEA e a escola, utilizou-se estudo de casos múltiplos, envolvendo seis participantes, três mães de alunos com TEA matriculados na Educação Infantil e séries iniciais, com idade entre 05 (cinco) a 06 (seis) anos, e três professores regentes correspondentes à classe desses alunos. Os principais instrumentos utilizados na pesquisa foram o questionário e as entrevistas para os pais e professores.

No que se refere à inclusão, essa produção destaca que os pais são essenciais para que a inclusão educacional escolar aconteça com sucesso, no sentido de cooperarem com a escola para alcançar um resultado mais equilibrado.

Percebe-se nessa pesquisa que tanto na Educação Infantil como no Ensino Fundamental, a troca de informações quanto ao estudante com TEA não é eficaz. A maioria das famílias entrevistadas não se sente contemplada pela escola acerca da troca de informações, no que se refere à condição do filho. O uso de meios de comunicação para manter a troca de conteúdos necessários para a família e também a escola não é utilizado por todos, o que danifica a relação entre essas duas instituições essenciais no desenvolvimento do aluno.

Entretanto, na Tese intitulada “Inclusão educacional e autismo um estudo sobre as práticas escolares”, usou-se como metodologia de investigação a pesquisa documental, analisando pareceres pedagógicos e planos de atendimento

educacional especializado, elaborados para alunos com autismo. Participaram da pesquisa 06 (seis) alunos, mas somente 01 (um) matriculado na Educação Infantil, e 07 (sete) professoras de Educação Especial.

Guareschi (2016) considera os quatro eixos da Avaliação Psicanalítica ao Três Anos (AP3) - (o brincar e a fantasia, o corpo e linguagem, a fala e aposição na linguagem, a manifestação diante das normas e posição frente à Lei) potentes para pensar os processos de escolarização dos alunos com autismo, de forma que poderão constituir-se como referências na construção de práticas inclusivas.

Ressalta, ainda, que na inclusão de alunos com autismo é necessário que se produzam torções na operacionalização das práticas escolares, de forma que estas não se centrem somente em conteúdos canônicos, mas contemplem produções que enlacem esses sujeitos aos outros e ao universo simbólico. Dessa maneira, abrem-se possibilidades de construções de práticas escolares próprias a cada instituição.

O uso dos quatro eixos da AP3, como operadores de leitura, revelou-se bastante potente na reflexão sobre o fazer pedagógico nos processos de escolarização desses estudantes na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Por conseguinte, podemos dizer que há duas Dissertações que apresentam a mesma temática em 2014 e 2016, intituladas “Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo” e “A comunicação casa-escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA”. As duas buscam compreender como ocorrem às “relações entre família e escola”. A primeira utiliza o modelo de Joyce Epstein, que explica o envolvimento parental.

Já a Dissertação “Indicadores de inclusão na educação infantil e suas implicações na constituição do sujeito” pesquisa sobre as “interações entre crianças com e sem deficiência e as implicações disto para a constituição de ambas como sujeito”.

A Tese “Inclusão educacional e autismo um estudo sobre as práticas escolares”, investigou as “práticas escolares” utilizando uma abordagem psicanalítica.

Isto posto, podemos dizer que as produções do PPGE de 2000 à 2016, sobre a temática “Inclusão na Educação Infantil” contemplam três temáticas distintas: *“relações entre família e escola”, “interações entre crianças com e sem deficiência e*

as implicações disto para a constituição de ambas como sujeito” e “práticas pedagógicas escolares” que serão discutidas logo mais.

É importante trabalharmos com o termo inclusão e seu significado para que possamos compreender como as produções do PPGE contemplam a temática “Inclusão na Educação Infantil”. Segundo Mantoan (2015, p.28), “a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais [...]”, sendo assim, a inclusão escolar é nada mais nada menos que acolher a todos levando em consideração as suas particularidades, flexibilizando práticas escolares para isso.

De acordo com Stobaus e Mosquera (2003, p.24),

O processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional e envolve o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão.

Carvalho (2010, p.101) de maneira geral, afirma sobre a proposta inclusiva “[...] diz respeito a famílias inclusivas, a escolas inclusivas e a uma sociedade inclusiva, capazes de acolher e reconhecer as diferenças individuais e oferecer respostas educativas que atendam aos interesses e as necessidades de todos”.

Logo, podemos discutir como a produção acadêmica do PPGE – UFSM de 2000 à 2016 tem contemplado a temática da inclusão na Educação Infantil.

Na primeira temática “*relações entre família e escola*”, Almeida (2016) autora da dissertação “A comunicação casa-escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA” afirma que a inclusão está ancorada também no trabalho sucessivo dos professores na sala de aula, e do seu sucesso em assegurar que todas as crianças consigam envolver-se nas atividades e na vida escolar da melhor maneira possível.

Já na dissertação “Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo” (Vargas, 2014), não foi possível encontrar um posicionamento da autora sobre a inclusão no geral, mas sim uma posição sobre a inclusão de alunos com autismo, nela defende-se que a inclusão destes é mais eficiente se os pais estiverem envolvidos na dinâmica escolar.

As duas produções que contemplam essa primeira temática afirmam que a relação entre a família e a escola é essencial para o favorecimento da inclusão de

alunos com autismo na escola, o que se confirma nas palavras de Gil (2005, p.69): “uma atitude positiva dos pais em relação à participação e as potencialidades do filho com deficiência é fundamental para a sua inclusão escolar e social”. Então é importante que a família seja parceira da escola, porém, para que isso aconteça é preciso que as escolas dêem abertura para que a família possa participar da vida escolar dos seus filhos, e deixem de lado o que podemos chamar de rivalização, sobre isto Kupfer, Patto e Voltolini (2017, p. 139) afirmam:

Notamos que a rivalização, a culpabilização e os embates na relação entre pais e professores tornam-se bastante presentes no ambiente escolar. Essa situação entre instituições que educam a criança (família e escola) podem prejudicar o processo de adaptação, de inclusão, assim como a aprendizagem do aluno.

Para o melhor acolhimento do aluno na escola, é interessante que essa rivalização seja deixada de lado, e que a família e a escola estabeleçam uma boa troca de diálogo. Em razão de os pais possuírem informações muito valiosas sobre esses alunos que se apresentam de forma tão singular na escola, essas informações é que vão ajudar o professor e a comunidade escolar a se adaptar ao aluno. Segundo Kupfer, Patto e Voltolini (2017, p. 20), há crianças que a escola não exclui, porque ela própria de maneira singular se isola do contato com o outro, então nesse caso, a escola deve ir ao encontro da criança.

Compreendemos que a escola é uma instituição que possui regras de organização e funcionamento, mas para que se possa enlaçar essa criança, é necessário em alguns momentos certa abertura nesse funcionamento. A escola deve entender que às vezes as regras precisam ser quebradas para que outras se estabeleçam.

Brandão e Ferreira (2013, p. 492) afirmam que:

Aos pais cabe também um papel determinante, fornecendo à equipe, informação importante sobre o progresso, as necessidades da criança e da família e colaborando nas atividades de aprendizagem, que ocorrem na escola, no domicílio ou na comunidade. Os técnicos devem combinar com as famílias qual a melhor forma de coordenarem os seus serviços e manterem os pais informados. As famílias têm assim a oportunidade para expressar as suas preferências, o que lhes permite sentirem-se valorizadas em todos estes processos.

Portanto, percebe-se a importância do laço de comunicação entre a família e a escola, pois quando se trata da escolarização de uma criança que se comporta e interpreta o mundo de uma forma singular, precisamos saber da família quais são as particularidades dessa criança, pois a família carrega informações valiosas para o trabalho com esses alunos.

Frente às duas produções apresentadas na temática “relações entre família e escola”, identifica-se que a comunicação família-escola é falha. Para corrigir essa falha, é preciso que haja esse combinado com a família, pois estarão trabalhando juntos em prol do mesmo objetivo, a inclusão de um sujeito.

Inicialmente, é necessário que se faça entrevistas para conhecer a história do aluno, identificar quais são as expectativas dos pais com relação ao aproveitamento e desempenho escolar do filho, apresentar o que a escola pode oferecer à criança e envolver os pais no processo de inclusão efetivamente (GIL, 2005, p.70). É indispensável não deixar que o canal de diálogo se rompa, para que a família esteja sempre próxima e sinta segurança neste momento em que surgem muitas angústias e é crucial para a criança.

Na segunda temática “interações entre crianças com e sem deficiência e as implicações disto para a constituição de ambas como sujeito” (Freitas, 2015), a autora entende que inclusão significa reconhecer que cada criança/indivíduo é única/o, com suas especificidades, e também busca a participação e o progresso de todos na sociedade.

Para a autora, um fator importante para a inclusão é a constituição de um sujeito, com valores e/ou atitudes inclusivas, que pode ser possível quando a criança está inserida em um contexto onde a vivência seja rica de experiências que valorizem as interações de forma mais harmoniosa entre os sujeitos, pois assim vai naturalmente internalizando os valores contidos nessa realidade. A autora deixa claro que é preciso as demais crianças aceitem a criança com deficiência, e que isso contribui para a constituição de um sujeito com valores e atitudes inclusivas.

De fato, a inclusão de uma criança com deficiência ocorre quando há aceitação das demais crianças, pois “a escola introduz a diversidade pela mão de outra criança, e isso tem um valor estruturante” (KUPFER; PINTO, 2010, p. 100). A convivência entre as crianças com ou sem deficiência faz parte de um processo constitutivo para ambas. As consequências de uma construção social que acolha as diferenças perpassam pelo desenvolvimento de um trabalho de informação e,

consequentemente, conscientização. Visando uma sociedade mais humana e proporcionando momentos que as levam a refletir sobre o quanto cada pessoa é singular e que os direitos de cada um devem ser respeitados, também entendendo que todos nós somos diferentes.

Paralelamente à construção de uma sociedade que esteja preparada para acolher as diferenças, essas relações trazem outra vantagem, como afirma Vygotsky (2003 apud ALMEIDA; RAMOS, 2012, p. 91), “é por meio das relações sociais que o desenvolvimento vai se processando”. Isso quer dizer que as relações entre esses sujeitos contribuem para o desenvolvimento global da criança com deficiência, e podem colaborar para um posicionamento diferente em resposta ao outro, como afirmam Kupfer, Patto e Voltolini, (2017, p. 347-348):

O convívio entre os pares favorece o desenvolvimento e pode provocar mudanças no modo como cada um se coloca nas relações. Ao ser questionada por seus colegas, a criança com necessidades educacionais especiais necessita responder de uma maneira diferente da que responde ao adulto. Essas interações ocorrem de maneira espontânea, pelo fato de compartilharem os espaços [...].

Ou seja, é importante que também a criança com deficiência se posicione como aluno/colega dentro da escola, para que o outro possa respeitar o seu espaço e para que entenda que mesmo todos sendo diferentes, podem ocupar os mesmos espaços, cada um com suas particularidades.

Outro conceito importante para esta pesquisa que a autora trás é o de Educação Infantil. Esta, deve proporcionar à criança seu desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social através de experiências que sejam significativas e estimulantes, alicerçadas no entendimento de que essas crianças são cidadãs, estão em processo de desenvolvimento e construindo seu conhecimento. Em paralelo a isto, a autora também fala da Educação Infantil e a Educação Inclusiva, afirmando que a possibilidade das crianças com deficiência estarem em contato com o meio social desde a tenra idade recebendo estímulos certamente influencia seu desenvolvimento. A partir das relações com o outro, com o meio social e os objetos do contexto em que estão inseridas, suas habilidades sociais, cognitivas e motoras tem a possibilidade de se desenvolverem com os estímulos recebidos.

Percebe-se que o posicionamento da autora é de grande relevância, pois nos permite entender o quanto a inclusão destas crianças logo na Educação Infantil é

importante. Freud (apud JERUSALINSKY, 2011, p. 80) diz que “temos bons motivos para acreditar que não há período maior em que a capacidade de receber e reproduzir impressões seja maior do que precisamente durante os anos da infância”. Então quando a criança está exposta a estímulos e a interação social na escola logo na Educação Infantil isso se torna crucial no desenvolvimento global e na qualidade de vida.

A produção que contempla a terceira temática “práticas escolares”, conceitua o termo práticas escolares, entende-se como um conjunto de ações, desenvolvidas pelas escolas, que produzem a educação. Incluem-se, nessas ações, as práticas pedagógicas, os processos de socialização e a dinâmica pedagógica (organização dos tempos e espaços escolares) (GUARESCHI, 2016 p.11). E contempla a inclusão de modo que ela não significa somente a matrícula do aluno na escola e que não basta ela existir na forma da lei, pois no momento da operacionalização na escola a inclusão se torna um desafio e outras configurações vão tomando forma, tornando esse espaço importante para as pessoas com deficiência.

Essa produção trata de uma investigação das práticas escolares produzidas na inclusão de alunos com autismo. A autora afirma que para a inclusão de alunos com autismo, é necessário que se produzam torções na operacionalização das práticas escolares, de forma que estas não se centrem somente em conteúdos canônicos, mas contemplem produções que enlacem esses sujeitos aos outros e ao universo simbólico. Dessa maneira, abrem-se possibilidades de construções de práticas escolares próprias a cada instituição. O que nos faz refletir sobre como a escola deve se organizar para receber esses alunos que se apresentam de forma singular. É necessário que a escola procure alternativas para flexibilização das práticas escolares para melhor acolher aos seus alunos. Neste sentido, Carvalho (2016, p.70) concorda

que a escola precisa ressignificar suas funções políticas, sociais e pedagógicas, adequando seus espaços físicos, melhorando as condições materiais de trabalho de todos os que nela atuam, estimulando neles a motivação, a atualização dos conhecimentos a capacidade crítica e reflexiva, enfim, aprimorando suas ações para garantir a aprendizagem e a participação de todos, em busca de atender às necessidades de qualquer aprendiz, sem discriminações.

Torna-se indispensável que o espaço escolar se ressignifique para atender as particularidades dos alunos que nela estudam, pois, muitas vezes, alunos que se

apresentam de maneira atípica e singular tendem a não se adaptar a organização da escola sofrendo dificuldades no processo de escolarização. Compreendemos que a escola é uma instituição que possui regras de organização e funcionamento, mas para que se possa acolher este aluno é necessário em alguns momentos, abertura e flexibilidade no funcionamento. Nesse sentido, é importante que se trabalhe no sentido de renovar as concepções existentes acerca da escola e da educação do homem. As regras existem, mas, às vezes, precisam ser quebradas para que outras se estabeleçam.

Neste capítulo foi possível observar que a Inclusão na Educação Infantil envolve diversos fatores como a relação da família com a escola, as trocas entre as crianças e as práticas escolares que precisam ser repensadas para uma inclusão efetiva. Todas estas temáticas contribuem para reflexões acerca de sua importância e para pensar práticas norteadoras para o trabalho dentro da escola. Pois a escola inclusiva deve desenvolver práticas escolares de modo a acolher estas crianças da melhor maneira possível, levando em consideração a singularidade da criança, fazendo parcerias com a família e a comunidade escolar e estimulando as relações/vivências das crianças com e sem deficiência, promovendo assim consequentemente uma sociedade inclusiva e atendendo a proposta inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância da escolarização para o desenvolvimento geral das crianças e, considerando, o aumento quantitativo de crianças com deficiência na Educação Infantil, realizou-se este trabalho investigativo com o objetivo de conhecer a produção acadêmica do PPGE/UFMSM acerca da temática inclusão na Educação Infantil no período de 2000 a 2016.

As produções selecionadas abordaram a temática da inclusão da criança com deficiência na Educação Infantil de uma maneira ampla e destacando o seu significado para além do estar simplesmente matriculado na escola, ou seja, não basta a existência da inclusão somente em lei, mas que para isso são necessárias as condições para de fato efetivá-la. Inclusão significa considerar que os envolvidos no processo de escolarização reconheçam que cada aluno é único e por isso, deve garantir que estes consigam envolver-se nas atividades e na vida escolar da melhor maneira possível. Nesse sentido, a escola como espaço de inclusão torna-se um instrumento de elevada importância ao desenvolvimento destes alunos especiais.

Então, **como a produção acadêmica do PPGE – UFMSM de 2000 a 2016 tem contemplado a temática da inclusão na Educação Infantil?**

Foi possível identificar que a temática passou a ser contemplada nas produções do PPGE – UFMSM a partir do ano de 2014, oito anos depois da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que tem o intuito de assegurar a inclusão dos alunos considerados público-alvo da Educação Especial nas classes comuns.

Igualmente, identificou-se que as produções deram maior relevância ao tema da inclusão, ou seja, “quais os fatores necessários para que estes sujeitos sejam incluídos?”. Mas, somente uma produção contempla a temática na íntegra deste trabalho, considerando a inclusão na Educação Infantil, trazendo contribuições grandiosas para o entendimento do quanto é importante que a escolarização do público-alvo da Educação Especial comece na Educação Infantil. Mas é importante salientar que esse aspecto precisa ser explorado mais vezes.

As abordagens *as relações entre família e escola; Indicadores de inclusão na educação infantil e suas implicações na constituição do sujeito; práticas escolares* apresentadas ao longo do trabalho contribuíram para o entendimento de alguns aspectos acerca da inclusão na Educação Infantil.

Todavia, é importante salientar a escassez de produções de estudos sobre essa temática no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da UFSM, qual seria a justificativa para haverem este pequeno número de produções? Será que a Educação Infantil está sendo vista como período primordial no desenvolvimento da constituição psíquica da criança?

É necessário que se produzam mais estudos acerca desta temática que possam contribuir para o trabalho com estas crianças com deficiência, reafirmar o lugar delas neste espaço - onde pode-se até reverter um quadro sintomático grave - e também contribuir para que não hajam atrasos na escolarização destas.

O presente estudo sobre as produções do PPGE – UFSM revelou que a temática da Inclusão na Educação Infantil ainda é insipiente e possibilitou identificar a necessidade de desenvolver estudos futuros sobre essa temática, já que a Educação Infantil é a porta de entrada para a inclusão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L.; RAMOS, I. O. **Diálogos sobre práticas pedagógicas inclusivas**. 1. Ed. – Curitiba : Appris, 2012.

ALMEIDA, T. **A comunicação casa-escola no contexto da inclusão de pessoas com TEA**. 2016. 82 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2016.

BRANDÃO, M. T; FERREIRA, M. **Inclusão de crianças com necessidades educativas Especiais na educação infantil**. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 19, n. 4, p. 487-502, out./dez., 2013

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília,1988. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp-598129159/legislacao> . Acesso em: 13 de jun. 2017.

BRASIL. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-especial-sp598129159/legislacao> . Acesso em: 13 de jun. 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/bra-educacion_infantil.pdf. Acesso em: 11 de dez. 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em: 14 de jun. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9394/96 – lei de diretrizes e bases da educação nacional - 2013**. Disponível em: file:///C:/Users/Regiane/Downloads/ldb_13ed.pdf . Acesso em: 14 de jun. 2017.

BRASIL. **Nota Técnica Conjunta nº 02/2015/MEC/SECADI/DPEE**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18047-ntc-02-orientacoes-para-organizacao-oferta-do-ae-na-educacao-infantil&category_slug=agosto-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 de dez. 2017.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva 2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 15 de jun. 2017.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 15 de jun. 2017.

CARVALHO. R. E. **Educação inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico.** 3. Ed. Porto Alegre : Mediação, 2010.

CARVALHO. R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** 11. Ed. Porto Alegre : Mediação, 2016.

CRAIDY. C; KAERCHER. G. E. P da S. **Educação infantil: para que te quero?.** Porto Alegre : Artmed, 2001.

CRESPIN. G . **À escuta das crianças na educação infantil.** 1. Ed. São Paulo: Instituto Langage, 2016.

FREITA, N. C. **Indicadores de inclusão na educação infantil e suas implicações na constituição do sujeito.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa/** - 5. Ed – São Paulo : Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social/** - 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.

GIL. M. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?.** São Paulo : Ashoka. Brasil, 2005

GUARESCHI, T. **Inclusão educacional e autismo: um estudo sobre as práticas escolares.** 2016. 181 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2016.

JERUSALINSKY. J. **Jogos de litoral na direção do tratamento de crianças em estados autísticos.** Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba. Curitiba, n. 22, 2011.

KUPFER, M, C; PATTO, M, H, S; VOLTOLINI, R. **Práticas inclusivas em escolas transformadoras : acolhendo o aluno-sujeito.** São Paulo : Escuta : Fapesp, 2017.

KUPFER, M, C.; PINTO, F, S, C, N.; **Lugar de vida, vinte anos depois.** Exercício de educação terapêutica. São Paulo. Escuta/Fapesp, 2010.

MINAYO, M. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1994.

MONTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar : o que é? por quê? Como fazer?**. São Paulo : Summus, 2015.

SILUK, A.; PAVÃO, S. **Atendimento educacional especializado: praticas pedagógicas na sala de recursos multifuncional**. Santa Maria : [UFSM], PRE , Ed. pE.com, 2015.

STRAUS, C.D; J, J, M, MOSQUERA, J. **Educação Especial: em direção à educação inclusiva**. 3. Ed. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2003.

VARGAS, R. M. **Envolvimento parental no contexto da educação infantil e séries iniciais de alunos com autismo**. . Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2014.